

NOVAS PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA A DOCÊNCIA DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO

NEW METHODOLOGICAL PERSPECTIVES FOR TEACHING HISTORY IN HIGH SCHOOL

NUEVAS PERSPECTIVAS METODOLOGICAS PARA LA ENSEÑANZA DE HISTORIA EN LA ESCUELA SECUNDARIA

Gabriel Geremias da Silva Albuquerque¹
Renan da Cruz Padilha Soares²

Resumo

Este artigo aborda metodologias usadas no ensino de História, com o objetivo de identificar novas perspectivas metodológicas apoiadas em recursos tecnológicos ligados aos conteúdos dos currículos escolares para facilitar o aprendizado dos alunos do ensino médio. Para tanto, recorre-se a pesquisas bibliográfica e documental para embasar uma análise da trajetória da disciplina História no Brasil, de modo que compreendamos como se costumava aplicar as metodologias nas aulas. Por fim, discutem-se as mudanças e a abordagem relativas à disciplina durante a ditadura militar (1964-1985). O uso de variadas fontes históricas nas aulas permite ao aluno entender através de conexões com a realidade social em que vive, o que facilitará seu desenvolvimento como aluno e indivíduo social.

Palavras-chave: metodologia de ensino; ensino de história; disciplina de história.

Abstract

This paper discusses methodologies used in History teaching, in order to identify new methodological perspectives supported by technological resources related to school curricula contents to help high school students' learning. To do so, we resort to bibliographic and documentary research to support a historical analysis of the History subject in Brazil, so that we understand how the methodologies used to be applied in the classes. Finally, the changes and the approach related to the discipline during the military dictatorship (1964-1985) are discussed. The use of varied historical sources in the classes allows the student to understand through connections with the social reality in which he lives, which will facilitate his development as a student and social individual.

Keywords: teaching methodology; history teaching; history discipline.

Resumen

Este artículo aborda metodologías utilizadas en la enseñanza de la Historia, con el propósito de identificar nuevas perspectivas metodológicas apoyadas en recursos tecnológicos vinculados a los contenidos de los currículos escolares para facilitar el aprendizaje de los estudiantes de secundaria. Para ello, se hace una investigación bibliográfica y documental para sustentar el análisis de la trayectoria de la asignatura Historia en Brasil, con el fin de comprender cómo se aplicaban las metodologías en el aula. Finalmente, se discuten los cambios y enfoques de la asignatura durante la dictadura militar (1964-1985). El uso de variadas fuentes históricas en clases permite al estudiante comprender a través de conexiones con la realidad social en la que vive, lo que facilitará su desarrollo como estudiante y como individuo social.

Palabras-clave: metodología de la enseñanza; enseñanza de historia; asignatura Historia.

¹Discente do curso de Licenciatura em História pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER. E-mail: gabrielgeremias00@gmail.com

²Docente no curso de Licenciatura em História pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER. E-mail: renan.s@uninter.com

1 Introdução

Atualmente, ensinar História tornou-se um desafio para os docentes, especialmente os inseridos no ensino médio, pois, além dos conteúdos por vezes “prontos e acabados”, sem grandes possibilidades dinâmicas, precisam lidar com um alunado em uma fase muito desafiadora, geração imersa em um contexto de conhecimentos e informações imediatistas e superficiais, porém, cada vez mais conectadas com o mundo tecnológico.

A disciplina de História tem um papel muito importante no processo de formação dos estudantes, especialmente do ensino médio, pois, considerando que nesta etapa da educação escolar os conteúdos ofertados tendem a ser uma revisão aprofundada do que foi apreendido no ensino fundamental, temáticas muito importantes e problemáticas serão levadas à sala de aula, a exemplo do período ditatorial no Brasil entre 1964 e 1985.

Portanto, o interesse pela pesquisa apresentada a seguir se deve à compreensão da importância dos docentes de História buscarem novas ferramentas para o ensino da disciplina, considerando os conteúdos propostos pela Base Curricular, mas a partir de novas metodologias para os alunos compreenderem melhor o conteúdo e fazerem conexões com a realidade social em que vivem, de modo que também se interessem pelos conteúdos de História, disciplina gradativamente relegada na formação educacional.

Através de levantamento bibliográfico, compreendeu-se que, no Brasil, a disciplina de História estruturou-se nos currículos escolares a partir da primeira metade do século XX. Contudo, vale ressaltar que a gênese desse processo ocorre entre o período Imperial e o início da República, inspirado no modelo escolar francês. Acompanhando o movimento da sociedade, houve diversas modificações na estruturação da disciplina, especialmente no fim do século XX, quando da aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Básica (LDB — Lei n.º 9394/1996). A disciplina de História ganhou mais espaço nos currículos escolares por conta dessas alterações (MENEZES, 2011).

A História, como disciplina curricular, busca despertar reflexões sobre aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais nos estudantes, a fim de formar sujeitos ativos, conscientes de seu papel social, proporcionar-lhes conhecimento para compreenderem a importância do senso crítico e do posicionamento social.

Atualmente, estamos acostumados a usar aparelhos eletrônicos em nosso dia a dia. No ambiente escolar, a prática docente também incorpora tais recursos. A tecnologia contemporânea contribui com o trabalho dos professores na preparação das aulas e na interpretação de fontes. Ademais, potencializou o aprendizado dos alunos, pois as novas

tecnologias incentivam o desenvolvimento intelectual. Assim, um aluno que tem alguma dificuldade pode se sair muito bem durante os debates em sala de aula.

Para a compreensão do objeto em questão, tem-se a seguinte problemática: considerando a importância da disciplina de História para a formação do aluno do ensino médio, como novas formas de ensino da disciplina, a partir do recurso à tecnologia contemporânea, podem contribuir para o aprendizado dos alunos em sala de aula?

Este trabalho tem como objetivo geral identificar novas perspectivas de metodologias para o ensino de História no ensino médio. Os objetivos específicos são: a) analisar como a História se constituiu disciplina na educação brasileira; b) identificar as metodologias do ensino de História na trajetória como disciplina curricular; c) analisar os conteúdos estruturantes do componente curricular e as metodologias de História no ensino médio da educação brasileira; d) identificar novas formas do ensino da disciplina de História no ensino médio.

A metodologia utilizada para este estudo consiste em pesquisa bibliográfica e documental, buscando em artigos e produções acadêmicas a trajetória histórica do ensino da disciplina de História. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica acerca de como a História se consolidou enquanto disciplina e, neste processo, os aspectos metodológicos utilizados em sala de aula pelos professores à época, até chegarmos ao momento contemporâneo para entendermos como tal disciplina está inserida no currículo do ensino médio, a fim de discutir e propor novas metodologias a partir do recurso às tecnologias para o ensino de história.

O uso planejado e adequado das fontes históricas e das tecnologias em sala de aula é necessário para a aplicação dos conteúdos didáticos, a fim de que os alunos compreendam melhor os assuntos, possibilitando-lhes pensar sobre a sociedade em que vivem.

O interesse pela pesquisa partiu das inquietações sobre a forma como os conteúdos da disciplina de História são ofertados atualmente. Tal discussão é relevante por apresentar a importância dessa disciplina para a formação da sociedade. Consideramos, que a disciplina deve estar presente nos currículos escolares de escolas públicas e particulares, proporcionando aos alunos maior compreensão sobre os acontecimentos que ocorreram no passado, permitindo-lhes analisar e discutir sobre os valores sociais e culturais.

2 Trajetória da disciplina de História no Brasil e metodologias do ensino: breves apontamentos

A disciplina de História surgiu no Brasil no século XIX, abrangendo boa parte do período Imperial e do início da República. De acordo com Rodrigues (2018, p. 15): “[...] no

Brasil os conteúdos centralizavam-se na historiografia europeia, apresentada como a verdadeira História das civilizações, sendo que, a História da nação, ocupava um papel secundário, surgia como um apêndice”.

Nesse período, não existia política educacional no Brasil nem currículo que comportasse História como disciplina escolar. Aplicava-se o modelo francês positivista de educação, cujos conteúdos privilegiavam à cultura da elite dominante com ênfase aos feitos dos “heróis” nacionais a partir de documentos oficiais.

No século XX, alguns autores importantes, como Marc Bloch e Lucien Febvre, criaram uma revista na qual se constituiu o movimento historiográfico denominado *Escola dos Annales*, que considerava válidas para a pesquisa sobre determinados períodos históricos outras fontes além dos documentos escritos.

Apesar da disciplina História ter surgido no Brasil no fim do século XIX, estruturou-se no currículo escolar apenas a partir da primeira metade do século XX. De acordo com Varela (2014), a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) resultou no ensino de História aplicado de forma idêntica em todo o país, com algumas modificações decorrentes do desenvolvimento histórico brasileiro.

As transformações no sistema de ensino, após a criação do Ministério da Educação, enfatizavam a inclusão de disciplinas no currículo escolar, como História. Contudo, ainda se acrescentavam temas relativos à visão positivista pautada na influência de grandes feitos sobre a construção identitária da sociedade brasileira.

A proposta inicial era incluir nos currículos os feitos daqueles considerados “heróis” brasileiros, responsáveis por importantes mudanças para o país: é o caso de Tiradentes, conhecido no Brasil e em outros países como “herói” nacional. Os livros didáticos contemporâneos abordam a vida de Tiradentes e suas façanhas, que estabeleceram marcos na história da sociedade brasileira. Entretanto, não foram incluídos outros atores sociais que modificaram o meio social em que viviam, considerando as questões de relações de classe e de raça da época. Nesse sentido de acordo com Nemi e Martins (1996, p.168), no ensino de História: “[...] geralmente as primeiras informações que chegam aos alunos tratam da trajetória feita pelos portugueses até chegarem até o Brasil. Podendo abordar a vida dos índios no Brasil, antes de serem colonizados pelos mesmos”.

No chamado Brasil Império, os conteúdos escolares eram transmitidos aos alunos de forma que não alcançassem entendimento a respeito da realidade que ameaçasse à soberania da Coroa Portuguesa, que tinha grande controle sobre o campo educacional. Nesse período, o Brasil estava em processo de transição econômica devida às indústrias e sua relação com a

produção capitalista.

O Brasil recém-independente se adaptou ao processo de escolarização precário, por falta de escolas e professores. A criação do Ministério da Educação possibilitou incluir a disciplina História no currículo escolar brasileiro.

No contexto do início do século XX, o currículo de História era moralista, positivista e baseado em uma organização cronológica dos fatos cujas fontes históricas principais eram textos produzidos por instituições e organismos do Estado, ou documentos oficiais escritos por políticos integrantes da gestão pública. As aulas de História se apoiavam em memorização e repetição oral de textos escritos sobre os assuntos inseridos no currículo escolar.

Com a Proclamação da República do Brasil, na segunda metade do século XIX, houve a possibilidade de criação e organização de um projeto de educação pública para todos. Porém, essa ideia se fortaleceu apenas na década de 1930, quando o governo considerou necessário promover educação na rede pública. A disciplina de História, nesse período, ganhava espaço.

A educação sofreu influência da industrialização brasileira, bem como de diversos acontecimentos importantes do século XX, como os relativos à conquista de direitos civis, a exemplo da criação de leis trabalhistas no governo Vargas e do direito ao voto para as mulheres. Tais movimentos trouxeram um novo olhar para o então governo, o presidente ganhou pontos positivos com a população, estendendo sua popularidade através de propaganda midiática. De acordo com Nadai (1993, p. 152):

O início do século XX teve várias mudanças no Brasil no setor industrial, como também a iniciação da Escola Nova [...] no bojo das críticas que lançavam na estrutura e conteúdo da escola secundária, avaliou se também as práticas pedagógicas da disciplina de história. Tendo como um dos aspectos visar a ênfase que os professores colocavam no estudo do passado. Contudo mesmo sem sucesso efetivo, a defesa de um ensino de História que estivesse próximo aos problemas presentes na sociedade.

As ideias de Marc Bloch e Lucien Febvre³ se espalhavam através da *Escola dos Annales* e tiveram como principal objetivo abandonar os ideais da escola positivista a partir de uma renovação da estrutura curricular na área de História dentro das universidades. As mudanças de perspectiva historiográfica propostas pelos historiadores da *Escola dos Annales* se estenderam gradativamente às instituições de ensino, de modo que fontes históricas antes ignoradas ganharam credibilidade e espaço, proporcionando mais recursos aos historiadores em pesquisas acadêmicas. Entretanto, no Brasil, essa nova forma de pesquisar sobre temas anteriormente

³ Os pioneiros nos estudos sobre as fundamentações do movimento historiográfico foram Marc Bloch e Lucien Febvre, a partir da renovação e ampliação do campo de pesquisas históricas. Esses pesquisadores abriram espaço para novas ideias referentes à História no estudo de outras atividades humanas poucas investigadas.

invisibilizados demorou a ser estruturada na grade curricular, porquanto os historiadores da época apenas começavam ter contato com a nova prática de ensino. Nesse sentido, Nadai (1993, p. 153) aponta que:

Com os educadores progressistas, tem-se a defesa da necessidade de se reformular o ensino da disciplina de história, sob pena de não se realizar os seus objetivos educativos, logo esses educadores defendiam a crítica e a análise sobre os fatos históricos, por isso, utilizavam a investigação, no entanto as primeiras modificações ao ensino de História foi a dos primeiros cursos universitários tendo como objetivo formar o primeiro grupo de professores secundários em 1934 (NADAI, 1993, p. 153).

Na década de 1920, os pensadores das áreas das ciências humanas e das ciências sociais buscaram mudanças a respeito da história do Brasil. Era o início de um movimento em busca de novos conceitos sobre o que era ser brasileiro, fora dos ideais europeus. Nessa época, o Brasil ainda estava se estruturando social e economicamente, como país recém-independente. Essa década também é marcada pela Semana de Arte Moderna no teatro municipal de São Paulo, em 1922, cujo objetivo era dar mais visibilidade à cultura brasileira a partir de apresentações de danças, músicas, exposição de obras e recital de poesias. Esse marco⁴ na história do Brasil contribuiu para a construção da história da sociedade brasileira.

Em 1920, notavam-se grandes iniciativas na área de educação, por ainda não haver organizado um sistema de educação pública no Brasil. Entre os mais importantes movimentos e reformas educacionais da época está a Escola Nova, a qual grandes nomes foram associados, como os de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que defendiam escola pública e gratuita para todos, com a mesma educação para formar cidadãos livres e conscientes. Em 1930, criou-se o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, do qual Francisco Campos foi primeiro-ministro. Na década de 40, o ensino se compunha de cinco anos de curso primário, quatro anos de ginásio e três de colegial nas modalidades clássica ou científica. A organização do sistema educacional teve início em 1942.

Durante a ditadura militar brasileira entre 1964 e 1985⁵, ensinar História era tarefa difícil. A disciplina foi retirada dos currículos escolares daquela época, substituída por Estudos Sociais (foi incluída, também, Geografia, motivo pelo qual recebeu o nome Estudos Sociais),

⁴ Outro marco que consideramos relevante trazer à discussão é o surgimento da televisão. Na década de 1950, o surgimento desse novo instrumento de comunicação revolucionou as relações sociais brasileiras. Ocorreu, assim, a inauguração da primeira estação de comunicação televisiva. No entanto, esse acesso não foi democratizado rapidamente e em muitas residências brasileiras as televisões eram inexistentes. É importante mencionar em qual período histórico a televisão surge, pois, em determinado momento, tornou-se mais do que um aparelho para assistir telenovelas, mas um instrumento metodológico nas escolas.

⁵ A ditadura militar ocorrida entre 1964 e 1985 marcou a história do Brasil de forma negativa. Milhares de vidas foram ceifadas, o cerceamento às opiniões divergentes era constante, a perseguição política era presente e a vinculação aos movimentos sociais, proibida, entre outras formas de censura, perseguição e controle. No cinema, por exemplo, havia uma rigorosa censura, muitos filmes deixaram de ser produzidos, pois o governo controlava a mídia.

por conta da Reforma da Educação de 1º e 2º graus, em 1971, em que os professores faziam um treinamento oferecido pelo governo e tinham que ensinar os conteúdos das duas disciplinas com livros didáticos obrigatoriamente revisados pela censura, o que produzia resultados superficiais referentes ao ensino. A repressão vinda dos militares impactou negativamente a construção e a efetividade do currículo escolar da época, acarretando uma série de desafios para a educação brasileira (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2006).

No regime militar, ensinar História era uma tarefa difícil por não ser possível usar essa nomenclatura para a disciplina. As práticas pedagógicas de ensino ficaram baseadas no modelo criado nos Estados Unidos pós-crise da quebra da bolsa de valores em Nova York, em 1929. Apenas em 1971 a disciplina História voltou a ser incluída do currículo escolar do 1.º ao 4.º anos, os conteúdos disciplinares ainda eram dirigidos a assuntos relacionados à higiene pessoal associado à integração social; da 5.ª a 8.ª séries o conteúdo ofertado era direcionado aos Estudos Sociais. Segundo Ferreira Júnior e Bittar (2006), após o processo de redemocratização da sociedade brasileira, a formação do professor de 1.º e 2.º graus foi mais enfática quanto o caráter nacional. Entre outros motivos, porque duplicou, de quatro para oito anos, a obrigatoriedade do ensino fundamental a cargo do Estado.

Em decorrência da censura, do controle e da perseguição ocorridas nesse período, ministrar aulas de História nas escolas era um desafio para os professores. Conteúdos eram proibidos, assim como algumas metodologias de ensino também eram impedidas de ser aplicadas.

Mesmo diante de tanta perseguição, é importante destacar que a participação dos grêmios estudantis, que mesmo diante da censura e do controle militar sobre a política educacional da época tentavam ganhar espaço, a fim de propor formas de aprendizagem nos currículos escolares e a defesa da educação pública e de qualidade.

A ditadura militar durou 21 anos, encerrou-se em 1985. A partir da década de 1980, iniciou-se o processo de redemocratização no Brasil. Em 1988, promulgou-se a Constituição democrática e a educação foi inserida como dever do Estado, da família e da sociedade. Essa nova constituinte deu respaldo para a construção e aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da educação mais democrática e organizada, que implicou reorganização do currículo escolar, especialmente na disciplina de História. É o que discutiremos a seguir.

3 Novas perspectivas a partir da LDB/1996 e os desafios para o Ensino Médio

Como vimos no item anterior, a disciplina História foi inserida no currículo escolar a

partir do fim do século XIX, mas estruturou-se no governo de Getúlio Vargas. Como as demais disciplinas do currículo escolar, mas com particularidades importantes para a sociedade, a disciplina acompanhou as alterações no sistema educacional brasileiro com a inserção das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, adaptada ao contexto ao qual da educação, como foi o caso do período de ditadura militar, discutido anteriormente.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, reorganizou o sistema de educação brasileira a fim de atender a demandas específicas de escolarização para cada fase do desenvolvimento. Assim, a educação básica se dividiu em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Mas é preciso considerar que a estruturação do projeto de ensino com a LDB/1996 respondeu aos interesses de organizações internacionais e não a fim apenas de atender às demandas das famílias brasileiras (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Apenas a partir do fim do século XX, ou seja, com a aprovação da LDB de 1996, surgiram as primeiras iniciativas para a universalização do ensino médio, segundo diferentes políticas educacionais de vários países, incluindo o Brasil. Na colaboração, as comunidades escolares propuseram ideias para algumas iniciativas, de maneira que a ampliação do ensino médio é um fenômeno consideravelmente recente, por conta da falta de atenção do governo, comparado às outras duas etapas da Educação Básica, uma vez que, durante muitas décadas, a atenção dos governos e das instituições internacionais estava dirigida às outras fases do desenvolvimento escolar. Segundo a LDB em seu artigo 22 (BRASIL, 1996, n. p.):

A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, no entanto o ensino médio possibilita que os estudantes tenham acesso ao conteúdo curricular com isso irão ter conhecimentos tanto para ingressar no ensino superior através de provas vestibulares ou no Enem, como também no mercado de trabalho.

Consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação *(LDB) que a educação escolar é composta por educação básica e superior. O ensino de História tem como objetivo levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, em especial as de matrizes indígenas, africana e europeia, isso está no texto atual, modificado ao longo do tempo e adaptado ao contexto histórico. No ensino fundamental, do 1.º ao 5.º anos, os alunos estudam os principais eventos históricos, porém, é no 6º ano que História entra como componente curricular. No currículo escolar, os conteúdos inseridos abordam a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna, e a Idade Contemporânea até os dias atuais.

Contudo, encontramos muitos problemas no Ensino Médio relacionados à má qualidade do Ensino Fundamental, por conta do baixo desempenho dos alunos, em alguns casos vinculados à falta de docentes. Por vezes não há professores suficientes para determinada disciplina do 6.º ao 9.º anos. Entretanto, não é por existir menos profissionais de História, mas por não haver oportunidade de lecionar, visto que, muitas vezes, os estados e municípios não suprem a demanda da rede com concursos, o que pode acarretar baixo rendimento dos adolescentes. Outro fator prejudicial é a estrutura da escola, bem como a falta de material para suprir o número de alunos, tomamos como referência somente o livro didático. Outra questão é o deslocamento, pois muitos alunos moram longe da escola, enfrentam inúmeras dificuldades.

Além disso, os alunos precisam desenvolver habilidades em comunicação, pensamento crítico, capacidade de resolver problemas e criatividade. Essas são algumas questões consideradas para a formação integral do aluno. Ao ingressarem no Ensino Médio, os alunos completam a formação educacional da educação básica prevista na Lei de Diretrizes e Base (LDB).

Profissionais da área de educação lutam para obter resultados positivos através de estratégias diferentes. Entre as estratégias que os professores de história precisam pensar para ter um ensino-aprendizagem mais eficaz, deve-se considerar a questão do protagonismo estudantil. De acordo com Costa (2000, p. 90):

Protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividades que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno socio-comunitário.

Atualmente, vivemos cercados de tecnologias que nos permitem pagar contas através de aplicativos e até conversar com alguém em outro país através de um computador ou *smartphone*. Isto torna possível aos professores usarem recursos tecnológicos atualizados. A tecnologia digital associada a fontes históricas nas aulas pode promover maior participação dos alunos, melhorar a interação e o desempenho.

Os alunos estão cada vez mais ligados aos novos recursos tecnológicos, de maneira que os docentes usam tais ferramentas tecnológicas para aplicar os conteúdos em sala de aula. Tendo em vista que isso é proveitoso para alunos e professores, essa prática ocorre nos ensinos fundamental e médio.

3.1 Uso de tecnologia digital e novas metodologias no Ensino Médio

O ensino de História no ensino médio perpassa a análise do processo de formação das sociedades, compreendendo como os indivíduos se comportaram no meio social ao longo da trajetória humana. Desse modo, a BNCC aponta que:

Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundamentam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas de narrativas, ambos expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico (BRASIL, 2018, p. 397).

Assim sendo, para as aulas de história, é preciso realizar análises dos processos culturais nos âmbitos regional, nacional e mundial em cada época, a fim de conceituar os procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos. Essa forma de ensino permite que o aluno compreenda e posicione-se em relação aos processos sociais de forma mais aprofundada, bem como tenha uma opinião crítica que considere outros pontos de vista, a partir de argumentos e fontes de natureza científica.

As tecnologias estão cada vez mais presentes na vida das pessoas, permitindo-lhes entrar na era digital para formar redes de comunicação. Atualmente, é muito comum, nos mais diversos ambientes, que as pessoas, sejam jovens, adultos, ou mesmo crianças, usem dispositivos móveis — celulares, *tablets*, *laptops*, etc. São novas relações que também impactam o ambiente escolar, visto que os recursos tecnológicos contribuem para a elaboração dos planos de aula dos professores.

O uso desses recursos tecnológicos em sala de aula facilita o aprendizado e contribui para os processos metodológicos da didática do professor. Contudo, naturalmente, é necessário adequar cada aparelho ao plano de aula para não haver problemas durante a exposição.

Portanto, considera-se necessário que as escolas encontrem formas de adaptar-se às inovações. Tanto a escola quanto os professores devem saber usar as ferramentas tecnológicas. Compreende-se que o modelo tradicional não atende mais às necessidades, por isso é importante aplicar em sala de aula as novas ferramentas para o ensino de história. Segundo Pouts-Lajus (1999 *apud* GAUTHIER; TARDIF, 2010, p. 339):

É preciso caminhar no sentido de uma escola do sucesso, que exige tempo e que deverá, notadamente, apoiar-se em métodos pedagógicos ativos, “potencialmente geradores de mais prazer do que métodos tradicionais” para que a integração pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação seja um sucesso, é preciso conceber a escola como uma instituição “do prazer de aprender, e é na conquista ou na reconquista desse prazer que a Internet e a multimídia são chamadas a desempenhar um papel de primeiro plano”.

A metodologia aplicada nas aulas de História requer fontes históricas sobre os conteúdos ministrados. Será necessário ter acesso às novas ferramentas tecnológicas complementarmente a tais recursos, facilitando o acesso a uma pesquisa. Visitar o acervo virtual da Biblioteca Nacional, conhecer as obras de historiadores conforme o assunto que está sendo trabalhado na aula. De acordo com Rodrigues (2018, p. 39):

A disciplina de História possui o papel formativo, emancipador e libertador por transmitir os registros históricos produzidos até então. Entretanto, só produzirá tal efeito, se a relação professor e prática metodológica e professor e aluno, ocorrerem de forma interligada.

É importante destacarmos que ainda há muitos problemas no Ensino Médio. No entanto, os avanços da tecnologia digital e o incentivo para professores se capacitarem apontam caminhos positivos para a melhora deste quadro. No que diz respeito à disciplina História, por vezes não há professores suficientes em turmas do 6.º ao 9.º anos. Outro fator prejudicial é a estrutura da escola, quando não há material pedagógico suficiente para suprir a demanda de alunos.

Dessa forma, tendo em vista os avanços tecnológicos do século XXI, consideramos que: “São inevitáveis mudanças pedagógicas para o desenvolvimento de novas competências na escola, como o uso de novas ferramentas, por exemplo, o computador” (OLIVEIRA, 2013, p. 21). Para o ensino de História, isto se aplica ao uso de computadores, equipamentos eletrônicos, etc. É preciso, portanto, que o professor seja um articulador, um usuário crítico e um projetista, que consiga compreender as mudanças tecnológicas sempre respeitando a opinião dos demais professores independentemente da disciplina.

4 Metodologia

O presente estudo recorreu à pesquisa bibliográfica e documental, a fim de identificar perspectivas para novas metodologias no ensino de História no Ensino Médio. A revisão bibliográfica é um procedimento: “[...] obrigatório a todo e qualquer trabalho científico. É um estudo organizado sistematicamente com base em materiais públicos” (SANTOS; MOLINA; DIAS, 2008, p. 123).

Recorreu-se a fontes que discutissem a História como disciplina curricular e fontes que tratassem das metodologias tradicionais, e das atuais, no ensino de História, especialmente no Ensino Médio, assim como a documentos legais, a exemplo da LDB/1996 e da nova BNCC/2018.

5 Considerações finais

Diante do exposto, compreendemos que o currículo escolar brasileiro, de modo geral, passou por várias fases, mas, inicialmente, buscou referências do modelo aplicado na França. Quando surgiu, privilegiava à cultura da elite da época.

Quando a História foi inserida nas escolas como disciplina escolar, os currículos escolares estavam baseados no modelo da Escola Positivista, que privilegiava os feitos dos reis e membros de governos, e o uso de documentos oficiais como principal fonte histórica. Os pioneiros da Escola Positivista foram os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill. Tal escola filosófica ganhou força no continente europeu na segunda metade do século XIX e no início do XX.

Entre o século XIX e o século XX, a forma de ensino nas aulas de História era baseada na memorização e repetição oral de textos escritos sobre os assuntos inseridos nos currículos escolares. Outra característica era o privilégio dado à organização cronológica dos fatos. A partir da Proclamação da República, na segunda metade do século XIX, a educação pública para todos passou a ser um projeto do Estado brasileiro, no entanto, somente a partir da década de 1930, de fato, passou-se a compreender a necessidade de uma educação na rede pública.

Vimos que a disciplina de História experimentou uma série de desafios, pois os conteúdos aplicados nas aulas sempre tinham algumas barreiras a serem enfrentadas. Apesar disso, a *Escola dos Annales*, movimento historiográfico do século XX, causou grande impacto sobre a Historiografia ao incluir personagens que por muito tempo passaram despercebidos por estudiosos acadêmicos.

Desde a fundação, no fim da década de trinta, a Escola dos Annales teve outras fases, ganhando mais espaço nos campos de pesquisa de vários países, inclusive no Brasil. A nova forma de estudar a sociedade implicou na superação da História que costumamos chamar de tradicional.

Durante a ditadura militar, a disciplina de História foi excluída do currículo escolar, sendo substituída pelos Estudos Sociais, fato que prejudicou muito, pois atrasou a forma da prática de pesquisa dos historiadores brasileiros, que estavam começando a terem um contato maior com o modelo atual para buscar outras formas de estudo da nova geração dos Annales.

Tal mudança, como apresentado neste trabalho, impossibilitou os professores de ensinarem algo além do que estava no currículo vigente até aquele momento, uma vez que não podiam usar materiais produzidos por eles. Ao montar seus planos de aula, eram obrigados a utilizar os livros didáticos que o governo produzia. Os estudos sociais eram o agrupamento da

disciplina de história e geografia, logo, nos assuntos a serem passados nas aulas, foram inseridas outras formas de ensino vinculado à junção das disciplinas de história e geografia. Isto ocorreu por conta da repressão vinda dos militares, que não davam abertura para críticas a respeito do governo.

No entanto, após o fim do regime militar, a disciplina de História ganhou mais espaço nos currículos escolares. Com isso, a geração dos Annales teve resultados positivos dentro dos estudos historiográficos do Brasil. Outros historiadores, até então influenciados pela Escola Positivista, abraçaram a ideia, que estava na terceira geração dos Annales e que foi composta pelos historiadores, como Jacques Le Goff e Pierre Nora.

Nesse sentido, considerando os avanços tecnológicos, compreende-se a importância da inclusão de novos instrumentos didáticos nas aulas de história, a fim de proporcionar aulas mais dinâmicas e atrativas, possibilitando que os alunos possam conhecer os conteúdos didáticos ofertados na disciplina de História de maneira mais interativa.

Por fim, compreende-se ser dever de todos valorizar a educação e o papel do professor, especialmente, o professor de história, é de suma importância, tendo em vista que essa disciplina, por seu conteúdo e construção social, busca despertar nos estudantes reflexões as mais diversas, a fim de formar sujeitos ativos, conscientes de seu papel social, proporcionando-lhes conhecimento para que compreendam a importância do senso crítico e do posicionamento social. Toda criança e todo adolescente precisa frequentar a escola e o Estado precisa oferecer um ensino de qualidade.

Referências

AXT, Margarete (coord.). Tecnologias digitais na educação: tendências. **Educar**, Curitiba, Editora UFPR, p. 23-264, 2003. Especial. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-4060.308>.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. p. 397.

BRASIL. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996.

CAVAZZANI, André Luiz; CUNHA, Rogério Pereira da. **Itinerário histórico e orientações práticas**. 1. ed. Curitiba: InterSaber, 2017.

COSTA, Marcos. **Orientações Curriculares Para o Ensino Médio [livro eletrônico]**. Brasil: MEC, 2000.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/68LFXzgCbjBWcy5m97dXTXC/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2023.

FONTOURA, Antonio. **Recursos audiovisuais nas aulas de História**. Curitiba: InterSaber, 2018.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (orgs.). **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MENEZES, Fernando Vendrame. A Educação e o ensino de História no Brasil: alguns apontamentos. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH)*, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-62, set. 1992/ago. 1993.

NEMI, Ana Lúcia L.; MARTINS, João Carlos. **Didática de História: o tempo vivido — uma outra história?** São Paulo: FTD, 1996.

RODRIGUES, Adriana Aparecida. **Metodologias no ensino de história na educação básica: embates e desafios**. 2018. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20685/2/metodologiasensinohistoriaeducacao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. Projeto de Pesquisa. *In: SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro (org.)*. **Orientações e dicas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ibpex, 2008. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=sQX5xqOl8T8C&oi=fnd&pg=PA19&dq=info:Xy1eRWslg18J:scholar.google.com/&ots=EXWjzQ0gpm&sig=_9pvT3Yj5oTtz7ogEV9mWR3hXjc#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 30 abr. 2023.

SHIROMA, Enaida Oro; MORAES, Maria Cecília Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VARELA, Simone. Trajetória do ensino de história no Brasil. *In: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE*, 4., 2014, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: ANPUH/SE, 2014.